



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NÁDIA SNEYLE TEOBALDO DOS SANTOS

**O ESTADO EMPREENDEDOR NA SEGUNDA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO
CEARENSE (1959-2011)**

FORTALEZA

2021

NÁDIA SNEYLE TEOBALDO DOS SANTOS

O ESTADO EMPREENDEDOR NA SEGUNDA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO
CEARENSE (1959-2011)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Área de concentração: Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof.^a Dra. Jacqueline Franco Cavalcante.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T288e Teobaldo, Nádya Sneyle.

O Estado Empreendedor na Segunda Fase da Industrialização Cearense (1959-2011) /
Nádya Sneyle Teobaldo. – 2021.

45 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências
Econômicas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante.

1. Estado Empreendedor.
2. Industrialização Cearense.
3. Desenvolvimento Industrial.

CDD 330

NÁDIA SNEYLE TEOBALDO DOS SANTOS

O ESTADO EMPREENDEDOR NA SEGUNDA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO
CEARENSE (1959-2011)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Área de concentração: Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: ___/___/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Jacqueline Franco Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Maria de Carvalho Fontenele
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À mulher que me inspira, me ensina e me
encoraja, Vldia Sneye.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e mais importante, agradeço a Deus por ter me dado forças e saúde para completar minha graduação.

À Universidade Federal do Ceará, especificamente a Pró-Reitoria de Graduação por me possibilitar concluir meus estudos sem dificuldades financeiras.

Durante minha trajetória acadêmica me deparei com diversos desafios dos quais, muitos deles, não foram de fácil resolução. Aqui agradeço a todos que me ajudaram a resolvê-los.

À minha mãe, Vlândia Sneyle, por todo carinho, toda dedicação e a tudo que ela cedeu ou postergou para investir em mim e por acreditar nos meus sonhos, mesmo quando eu não encontrava ânimo em prosseguir nesta caminhada.

Ao meu pai, Fernando Carlos, por todos os puxões de orelha e por sempre me mostrar que o caminho dos estudos é árduo, mas, sem dúvidas, recompensador. A vocês eu devo a vida e quase tudo daquilo que hoje sou.

Aos meus irmãos, Natan Teobaldo e Nanda Sneyle. Espero que um dia eu esteja nos agradecimentos das monografias de vocês também.

Aos meus tios maternos, Tio Vladilson Teobaldo e Tia Lídia Virgínia, gostaria de expressar também minha sincera e profunda gratidão por todo o suporte em me ajudar a concluir meus estudos. Sou extremamente grata pelo carinho e apoio que eles me deram até aqui.

Aos meus avós, Paizinha e Abdoral Teobaldo, Maria (Didi) e Luís Carlos, pela existência de meus pais pois sem vocês, obviamente, este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

À minha orientadora e professora, Jacqueline Cavalcante, por toda a inspiração que me trouxe no meu quarto período da faculdade, ao lecionar uma das minhas disciplinas prediletas na Economia, também sou grata pelo apoio e orientação na construção do presente trabalho. Obrigada por me impulsionar a gostar mais ainda da ciência econômica.

Aos meus professores favoritos da graduação e do melhor departamento: Prof. Júlio Ramon, que foi meu orientador nos quatro anos, seguidos, no Programa de Iniciação à Docência. Ao Prof. Alfredo Pessoa, por lecionar a disciplina que me fez amar mais ainda o estado em que nasci.

À prof. Ana Maria Fontenele, que me fez tomar gosto por Economia Brasileira Contemporânea e enxergar a grandeza da Macroeconomia.

Aos técnicos administrativos da FEAAC, em especial a Elaina e Fernando (DTE) e Walewska e Samuel, da coordenação, por me ajudarem em cada semestre, porque, quase sempre, eu me matriculava em oito disciplinas, acreditando que conseguiria passar em tudo, e vocês me salvaram dessa enrascada todas às vezes!

Ao Willian Queiroz, por ser um presente que a UFC me trouxe, por me fazer enxergar um problema de cada vez, sem você eu não teria aturado as econometrias.

Ao meu primo, Samuel Batista Jr., pela companhia nas idas e vindas da faculdade, fomos muito felizes no Pajuçara sem dúvidas.

A minha primeira amiga da UFC, Dayana Lima, que foi da Contabilidade para a vida.

Aos meus amigos de graduação, os quais dividi tantas dificuldades e cafés na cantina da FEAAC nova, Camile Pinheiro e Bruno Gomes, vocês foram incríveis e fundamentais. O 'cantinho do vento' com certeza sentirá saudade de nossas conversas.

Aos amigos que encontrei durante essa jornada, por todas as dificuldades que passamos juntos durante a graduação, em especial aos da turma de 2016.2: Lídia Sousa, Júlia Lopes, Pedro Igor, Das Chagas, Jonathan Rocha, Natália Medeiros, Ari Melo e Thalles Fernandes.

À SOMA e seus integrantes, porque as derrotas me ensinaram e trouxeram experiências engrandecedoras perante a vida.

“É difícil exagerar com respeito ao Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa a explicações fáceis.” (FURTADO, 1989).

“E é aqui que entra a promessa autorrealizável: quanto mais depreciamos o papel do Estado na economia, menos condições teremos de elevar seu nível de jogo e de transformá-lo em um player importante, e assim ele terá menos condições de atrair os melhores talentos” (MAZZUCATO, 2014, p. 36).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta um panorama sobre como se desenvolveu o Estado Empreendedor no Brasil e no Ceará, através de seus órgãos (Sudene) e bancos de desenvolvimento (BNB e BNDES), assim como impactou o desenvolvimento econômico e industrial cearense. O objetivo geral é de identificar e conhecer como se deu esse processo. Na primeira etapa, a pesquisa busca explicar historicamente como se deu o debate sobre a intervenção estatal e como alguns períodos presidenciais funcionaram no Brasil, após esse apurado, é possível encontrar sobre o desenvolvimento econômico cearense, separado por duas fases. A segunda etapa busca apresentar dados de forma a explicitar a atuação no BNDES no Estado do Ceará. Por fim, conclui-se que os financiamentos voltados para o Nordeste e o Ceará cooperou para o desenvolvimento industrial cearense, que foi apoiado pelo direcionamento das políticas estatais junto com a superintendência e os bancos de desenvolvimento envolvidos.

Palavras-chave: Estado Empreendedor. Industrialização Cearense. Desenvolvimento Industrial.

ABSTRACT

The present final paper presents an overview of how the Entrepreneurial State developed in Brazil and in Ceará, through its public agencies (SUDENE) and development banks (BNB and BNDES), as well as how it impacted the economic and industrial development of Ceará. The general objective is to identify and learn about this process. In the first stage, the research seeks to explain historically how the debate about state intervention was formed and how some presidential periods worked in Brazil, after this ascertainment, it is possible to find out about Ceará's economic development, separated by two phases. The second stage seeks to present data in order to make explicit the BNDES' performance in the State of Ceará. Finally, it is concluded that the financings aimed at the Northeast and Ceará cooperated for the industrial development of Ceará that was supported by the direction of state policies along with the superintendence and the development banks involved.

Keywords: Entrepreneurial State. Industrialization in Ceará. Industrial Development.

LISTA DE SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CEF	Caixa Econômica Federal
EMBRAMEC	Mecânica Brasileira S. A
FCF	Fundos Constitucionais de Financiamento
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIBASE	Insumos Básicos S.A.
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDPR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
Proinveste	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – FNE 2020: Projeção de Financiamento por UF e Setor de Atividade (Em R\$ Mil)	33
Tabela 2 – FNE 2021: Projeção de Financiamento por UF e Setor de Atividades (Em R\$ Mil)	33
Tabela 3 – Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões)	37
Tabela 4 – Número de operações do BNDES no Nordeste (por estado entre 2007 – 2013)	38
Tabela 5 – Orçame nto previsto do Proinveste para o Nordeste e Brasil (a partir de 2012)	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desembolsos do BNDES para o Nordeste, 2007 – 2013 (em R\$ bilhões)	35
Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento (%) do PIB – Ceará x Brasil (2003-2013)	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PRIMÓRDIOS DO ESTADO EMPRESÁRIO BRASILEIRO.....	17
2.1	Os Governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945/1951 – 1954)	17
2.2	O Governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961)	18
2.3	O Governo Ditatorial Militar (1964 – 1985)	19
2.4	Os Governos de Lula (2003 – 2006/2007 – 2011)	20
2.5	Participação do Estado na Economia do Nordeste.....	21
3	A SEGUNDA FASE DA ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE.....	22
4	O ESTADO EMPREENDEDOR.....	24
4.1	SUDENE	27
4.2	BNB.....	28
4.2.1	FNE.....	31
4.3	BNDES.....	34
5	ESTADO EMPREENDEDOR NO CEARÁ.....	35
5.1	Proinveste.....	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se justifica com base na atuação do governo, no papel de empreendedor, nas indústrias cearenses através de financiamento e subsídios dos últimos 63 anos de existência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, a proposta é realizar uma análise dessa ação governamental na política industrial do Ceará e, portanto, seus reflexos na economia regional e nacional.

O período a ser analisado no presente trabalho sob a ótica do Estado Empreendedor é a, denominada por Sampaio Filho (1985, p. 24), segunda fase da industrialização do Ceará, marcada pela intervenção estatal na economia nordestina com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959, precedido pela Lei No 3.692, de 15 de dezembro de 1959 que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que abrangia não somente os nove estados que constituem a região, como envolve o Norte de Minas Gerais que compõe o Polígono das Secas.

O Banco do Nordeste do Brasil é descrito, no artigo 28., como o responsável por aplicar pelo menos 70% de seus recursos, com prazo mínimo de seis meses, em empréstimos especializados para a região que compreende o Polígono das Secas (BRASIL, 1952).

Esta pesquisa está estruturada entre seções primárias até terciárias, onde no segundo capítulo é descrita as ações dos quatro períodos governamentais onde se detectou uma maior participação estatal nas indústrias de acordo com a história da economia brasileira. Para finalizar, encerra-se o capítulo II com uma seção sobre a participação do Estado na economia cearense após 1930.

No terceiro capítulo é descrito os primórdios da atividade industrial no Ceará, o período de tempo começa no século XVIII e se estende até os meados dos anos 2000.

O quarto capítulo explana especificamente sobre o que é o Estado Empreendedor para a economista italiana, Mariana Mazzucato, sendo a cerne e ponto inicial do desenvolvimento desta monografia. As seções secundárias do capítulo quatro discorrem sobre as criações do governo para agir como um estado empresário e por isso explicam sobre as importantes ferramentas como a Sudene, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ao se compreender o Estado Empreendedor, o capítulo 5 mostra especificamente como

funcionou a ação no estado do Ceará, com as ações da Sudene e BNDES voltadas para a terras alencarinhas.

E por fim, a conclusão deste trabalho, recapitula os dados e fatos abordados na pesquisa, que nos possibilitou detectar trabalhos que precisam ser desenvolvidos na área e como os órgãos instaurados pelo Governo Federal permitiu bons desempenhos econômicos nos estados nordestinos, sobretudo no Ceará, mas que precisam ser ampliados para novos ciclos de inovação, de novos processos.

2 PRIMÓRDIOS DO ESTADO EMPRESÁRIO BRASILEIRO

Os quatro períodos destacados nas seções secundárias foram selecionados devido ao caráter mais intervencionista de governar, através de seus referidos planos de governo e resultados é possível afirmar que a ação estatal teve papel relevante no papel da industrialização brasileira e são eles os Primeiro e Segundo Governo de Getúlio Vargas, seguido do Governo de Juscelino Kubitschek, os Governos advindos do Golpe Militar de 1964 e, por último, os dois mandados do Governo Lula.

“No Brasil, o momento da instauração de políticas econômicas que favoreceram a ação do Estado empresário foi dos anos 30 até os 85 (...) É neste período que melhor podemos perceber a presença do Estado brasileiro e a sua posição fundamental, no fomento e criação de condições que vieram contribuir para o atual estágio de industrialização que nos encontramos.” (TENÓRIO, 1997, p. 7).

2.1 Os Governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945/1951 – 1954)

Após a crise de 1929, com a Revolução de 30, o governo de Getúlio Vargas procurava resolver os problemas econômicos advindos do *Crash da Bolsa de Nova Iorque*, que com o desequilíbrio do setor externo propiciou as condições para uma industrialização mais intensa. Outra marca do primeiro período governamental de Vargas se trata do surgimento de uma nova relação do sistema político com o Estado que ainda era pautado em ideias pré-keynesianas. Getúlio instaurou uma estrutura burocrática que se apoiava em ministérios, superintendências, institutos, empresas públicas etc. Outra mudança foi na relação entre o meio rural e o urbano que, com base em Celso Furtado, “nos anos 1930 ocorreu a mudança do eixo dinâmico da economia, da agricultura exportadora para o conjunto de atividades industriais e de serviços” (EARP; KORNIS, 2004, p. 29).

Após o Governo Dutra (1946 – 1951) e através do voto popular, Getúlio retorna à presidência e busca o retorno da ação estatal no desenvolvimento econômico brasileiro, o período é marcado, também, pela criação dos seguintes órgãos governamentais: o, até a época denominado BNDE, o BNB e a Petrobrás, tais órgãos buscavam resolver os problemas de energia, impulsionar a industrialização e solucionar problemas econômicos/financeiros e administrativos. O fim desse governo

se dá com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 (EARP; KORNIS, 2004, p. 34).

2.2 O Governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961)

Em 1954, o governo se dedicou a contornar a inflação. A solução advinda do então presidente João Goulart seria de reajustar 100% o salário mínimo. Segundo Giambiagi (2005, p. 174) *“a principal dificuldade encontrada pelo Plano Salte foi a inexistência de formas de financiamento definidas. Tendo atravessado o segundo governo Vargas sem grandes resultados concretos, foi finalmente extinto na administração de Café Filho”*.

A transição entre a morte de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino Kubistchek levou quase um ano e meio entre crises e diferentes presidentes e vice-presidentes assumindo o país. Ainda na campanha, JK reforçava a fase de mudança que o Brasil enfrentava, uma transição entre o agrário e a indústria, sendo assim, foi dessa forma que o governo se baseou no Plano Nacional de Desenvolvimento (1955), que visava a aceleração do desenvolvimento para transformar a estrutura econômica do Brasil (GIAMBIAGI, 2011, p. 27).

“O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek foi de responsabilidade do Conselho de Desenvolvimento, com base no esforço de planejamento econômico desenvolvido pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e, posteriormente, pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. O Plano identificou os setores que, devidamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento e retirar os possíveis pontos de estrangulamento em termos de infraestrutura (energia e transportes)” (GIAMBIAGI, 2011, p. 174).

Através de ações do setor público que JK definiu o rumo para desenvolver o país, que se caracterizou com a necessidade de planejamento, e para isso contou com a criação do Conselho do Desenvolvimento que defendia uma linha intervencionista de mudanças estruturais que ficou explícita no Plano de Metas, se utilizando da intervenção estatal para estruturar preços e aumentar o bem estar político e econômico da população (BRASIL, 1958, p. 09).

Ficou estabelecida então novas funções para o Estado, que começou a atuar de forma a reestruturar a industrialização nacional. Um apoio de administração de suma importância para basear o Plano de Metas era o, até então, BNDE.

“Foram 30 metas específicas, distribuídas em cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Além destas, havia

uma meta autônoma: a construção de Brasília. As principais formas de financiamento do plano foram a expansão monetária para financiar o gasto público e o crédito ao investimento privado, tornando as políticas monetária e fiscal passivas, subordinadas às reformas estruturais da economia” (GIAMBIAGI, 2011, p. 174-175).

Foi também no governo JK que se realizou a criação da SUDENE (1959), com a finalidade de desenvolver a região Nordeste do Brasil (BRASIL, 1958).

2.3 O Governo Ditatorial Militar (1964 – 1985)

O breve governo de João Goulart foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964, que engloba no total cinco presidentes, Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo, assim como seus respectivos programas governamentais: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964), Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1967), Metas e Bases para a Ação de Governo (1970), Programa de Acompanhamento da Execução das Metas e Bases para Ação de Governo (1971) e os I, II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – 1972/1985).

O I PND, elaborado no Governo Médici, tinha por objetivos nacionais colocar o país, no espaço de uma geração, na categoria de nação plenamente desenvolvida, para isso a meta era de duplicar, até 1980, a renda per capita do país, de expansão do PIB e também aumentar os investimentos nas áreas de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica etc. Outra meta era priorizar os programas sociais na agricultura, nos programas de saúde, educação, saneamento básico e incremento à pesquisa técnico – científica (BRASIL, 1971).

Todo esse planejamento econômico coincidiu com a expansão do Milagre Econômico e ficou marcado também pela criação de programas que visavam modernizar a empresa nacional, se estendendo do sistema financeiro e, até mesmo, do mercado de capitais. Entre eles, se destacam o Programa Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (PIRES, 2010, p. 210).

No II PND, 1975, se implementou alguns investimentos como a Usina Hidroelétrica de Itaipu, Ferrovia do Aço, a linha de metrô na capital de São Paulo e, até mesmo, a Usina Nuclear de Angra dos Reis, porém o destaque aqui vai para a criação das subsidiárias do BNDE, também conhecidas atualmente como o “Sistema

BNDES”, que focava no financiamento industrial: FIBASE, a EMBRAMEC e a FINAME.

2.4 Os Governos de Lula (2003 – 2006/2007 – 2011)

Eleito em 2002 e tomando posse do mandato em janeiro do ano posterior, o presidente Lula de início manteve a política macroeconômica utilizada no Brasil desde 1999, combinando metas de inflação com o câmbio flutuante. O Banco Central, sob o comando de Henrique Meirelles, continuou a fixar a taxa básica de juros num elevado patamar (CANO; SILVA, 2010, p. 6).

Desde o processo de redemocratização no Brasil, o aumento da participação do PIB nordestino brasileiro é observado inicialmente no ano 2000, tendo se tornado mais importante a partir de 2003 como reflexo da estabilidade econômica associada às políticas de incentivo fiscais adotadas (POCHMANN, AZEVEDO; 2019, p. 359).

Uma alteração a ser destacada foi o fim do veto à Política Industrial que deu início a formulação, em fevereiro de 2005, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (MORAIS; JÚNIOR, 2014, p. 14).

“A implementação da PITCE teve (...) que enfrentar muitas dificuldades, entre elas a herança herdada dos anos 1990, quando foram extintas ou esvaziadas muitas das instâncias de coordenação e de planejamento que desempenharam papel importante ao longo do processo de industrialização: conselhos interministeriais, órgãos de planejamento (...) além das instâncias que existiam no interior das empresas públicas de infraestrutura que foram privatizadas.” (CANO; SILVA, 2010, p. 7).

Por outro lado, Luiz Inácio alterou o papel do BNDES, que saiu do caráter de financiador de privatizações com dinheiro público e passou a funcionar como o banco de desenvolvimento que se propunha a princípio (PAULINO, 2010, p. 316), sendo uma das poucas instituições nacionais a sobreviver as privatizações dos governos anteriores.

“Na lista dos sobreviventes: as esvaziadas agências de desenvolvimento regional, um BNDES desfigurado, o BB e a CEF com atuações acanhadas, o Sebrae com atuação isolada, alguns outros arranjos institucionais” (CANO; SILVA, 2010, p. 7).

O segundo mandato de Lula é marcado pelo Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de 2008 e a continuidade ao PITCE, agora na fase II. Essa nova política objetivava sustentar um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, se

apoiando no investimento, inovação e ampliação das exportações. Um exemplo prático é o do BNDES que previa 210 bilhões de reais para o orçamento visando o financiamento da modernização da indústria e também do setor de serviços nacional (PAULINO, 2010, p. 317).

“A PDP reserva importante papel para o BNDES, com agilização e desburocratização dos financiamentos e significativo aporte de recursos. A participação do BNDES no programa previa financiamentos de R\$ 210,4 bilhões para o setor de indústria e serviços (excluindo os financiamentos à infraestrutura) entre 2008 e 2010.” (CANO; SILVA, 2010, p. 13).

Assim, ao fim do segundo governo Lula, a Política Industrial se caracterizou estratégica, estimulou o desenvolvimento do Brasil, coordenou esforços públicos, e privados, para exercer as políticas industriais estipuladas no PDP. A PITCE delineou uma aliança do governo com as grandes corporações privadas incluindo, até mesmo, as empresas multinacionais como cabeças importantes (MORAIS; JÚNIOR, 2014, p.14).

2.2 Participação do Estado na Economia do Nordeste

Apesar do território nordestino ter sido a porta de entrada para a colonização, sendo a primeira terra à vista pelos portugueses, com o decorrer da exploração passou por um longo período de tempo estagnado por não acompanhar as evoluções econômicas do país entre o final do século XIX e o início do século XX. Celso Furtado explica que esse atraso ocorreu devido uma espécie de centro industrial que se desenvolveu somente na região Sudeste do Brasil, ou seja, sem caráter nacional (ARAÚJO; SANTOS, 2020, p. 333).

“A Região Nordeste sempre sofreu grandes problemas de desenvolvimento de acordo Oliveira (2011), a seca que atinge a região periodicamente é o principal fator que leva a esta situação. Mesmo após o processo de industrialização que ocorria no Brasil, (1930 a 1956) as diferenças entre as regiões Nordeste e Centro-sul cresciam cada vez mais” (PEREIRA; TAQUES, 2014, p. 1)

Ainda assim o Nordeste contou com fábricas têxteis e alimentícias de importância para o crescimento econômico da região, mas insuficiente para competir com o mercado interno regional, por uma falta de integração e estrutura bem definida, por falta de incentivo governamental e, até mesmo, externo. (FURTADO, 1960, p. 11-13).

As primeiras ações do setor público voltadas para o Nordeste são datadas devido a Seca de 1877-1879 e se seguiu dessa forma até metade da década de 50. As ações se baseavam na criação no aumento da disponibilidade de água no Nordeste através, por exemplo, da construção de açudes e formas de se aproveitar água armazenada (CARVALHO, 2014, p. 184).

Então, com a problemática supracitada existente se fazia necessário uma política regional ou um programa bem estruturado para desenvolver o Nordeste e a iniciativa nesse sentido se dá com o relatório do GTDN. Coordenado por Celso Furtado em 1956, só funcionou efetivamente em 1958. (BRASIL, 1959).

3 A SEGUNDA FASE DA ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE

“(...) podemos dividir a industrialização do Nordeste em duas fases: A Fase que antecedeu a criação da SUDENE e a fase posterior ao surgimento desse órgão.” (SAMPAIO FILHO, 1985, p. 24).

O recorte de tempo considerado como o início da segunda fase da atividade econômica inicia com a criação da SUDENE (SAMPAIO FILHO, 1985, p. 24), por isso ao se falar na segunda fase utilizaremos o período pós 1959.

Nas décadas de 50 a 70, devido as deficiências em infraestrutura que o Ceará possuía, o desenvolvimento industrial do Ceará foi alavancado pela iniciativa privada local. Outro empecilho era a falta de energia, portos e serviços de sustentabilidade (LEITE, 2020).

“Políticas de desenvolvimento econômico são utilizadas pelo Governo do Ceará desde a década de 1960. Dentre estas políticas destacam-se as de incentivo à industrialização, ou seja, a política industrial do Estado” (PONTES, et al., 2006, p. 5).

O primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966) merece atenção devido o Plano de Metas do Governo projetado e organizado por uma equipe técnica do BNB, BNDES e da SUDENE. O objetivo do PLAMEG era de “dar ao Estado o máximo de racionalidade com vistas aos avanços da industrialização controlada e racionalizada, encarada como um dos pilares do desenvolvimentismo” (MELO, 2011).

A partir do primeiro governo de VT que foi viabilizado o fornecimento de infraestrutura (estradas asfaltadas) e energia elétrica. No segundo governo de Távora (1979-1983), através do PLAMEG II, foi implementado o Distrito Industrial da Região

Metropolitana de Fortaleza que consolidou o Distrito Industrial de Maracanaú (CEARÁ, 1963).

Um destaque da época foi a implementação do III Polo Industrial do Nordeste, que passou a compor a política de Desenvolvimento Regional do Brasil, dentro do Grupo de Trabalho Interministerial, criado em 1978 (BRASIL, 1978).

“Virgílio implementou uma ampla reforma administrativa criando vários órgãos, como o BEC (Banco de Estado do Ceará), a SEPLAN (Secretaria de Planejamento), a CODEC (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará) – a versão cearense da SUDENE (...) O objetivo era dar ao Estado o máximo de racionalidade com vistas aos avanços da industrialização controlada e racionalizada, encarada como um dos pilares do desenvolvimentismo” (MELO, 2011).

Mais um destaque para o Governo VT, foi o Fundo de Desenvolvimento Industrial, criado em 1979. A pretensão era permitir o incentivo à industrialização, como o nome já denuncia. (PONTES; VIANNA; HOLANDA; 2006, p. 6).

O início da Nova República é marcado pela maior autonomia político-administrativa dada pela Constituição de 1988. Assim o governo do Ceará assumiu uma liderança no processo de desenvolvimento da política industrial, atraindo investimentos industriais (PONTES; VIANNA; HOLANDA, 2006, p.7).

Sob o título de “Governo das Mudanças”, Tasso Jereissati assume em 1987 o governo do Estado do Ceará. Leite (2020) discorre que *“as políticas de industrialização do Ceará tomaram novo impulso com o processo de planejamento, a partir de 1987 (...) Além disso, são mencionados como ventos inovadores a mudança do sistema de gestão pública, com reformas do Estado, racionalização das contas públicas e restabelecimento da credibilidade da capacidade de investimentos do setor privado”*.

No novo governo de Tasso Jereissati (1995-2002), foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), que antes era a Secretaria de Indústria e Comércio, com o foco de organizar um programa para atrair investimentos empresariais externos e fortalecer, modernizar e expandir o setor de manufatura (MOTA, 1997; LEITE, 2020).

Os governos de Tasso são marcados por uma implantação de política industrial sempre em colaboração com o setor privado, com o argumento de busca para aperfeiçoar mecanismos de fortalecimento industrial. (MOTA, 1997).

Para Leite (2020) “*é importante observar que a visão do desenvolvimento industrial se voltou para a construção de uma infraestrutura de porto aeroporto e vias de comunicação de qualidade em todo o Estado. Tudo isso, associada a promoção e aperfeiçoamento dos incentivos fiscais, inclusive de adaptação do modelo original da Lei de Incentivos criada em 1979 (FDI)*”.

O avanço do processo de globalização e abertura comercial dos países asiáticos emergentes afetou o setor industrial cearense, para finalizar sua breve análise, Sisnando Leite (2020) destaca que “*a situação é preocupante, pois o Estado está, nessa nova fase, exposta a um processo de desindustrialização, com a redução do emprego e da renda em termos relativos*”.

Bar-El e Clark (2010) destacam que “*são dignos de registro as iniciativas do Governo do Estado e da Federação das Indústrias do Ceará diante do novo contexto da economia cearense (...) O desafio agora é no (...) sistema de inovação e a integração das universidades num projeto de mudanças tecnológicas, empreendedorismo e colaboração prática entre as universidades e o setor produtivo*”.

4 O ESTADO EMPREENDEDOR

O debate sobre a intervenção do Estado na economia existe há décadas, perpassando por diversas escolas do pensamento econômico, com as mais variadas teorias e sem chegar a um consenso sobre o papel do mesmo para conduzir o crescimento e desenvolvimento econômico (BARROS, 1962).

Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, discorre sobre a atuação do governo que se limitava em “proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes” (SMITH, 1776, p. 689), outro dever do soberano seria “proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa” (SMITH, 1776, p. 708) e por último, “criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha.” (SMITH, 1776, p. 723). Em resumo, na ótica clássica, o Estado não poderia intervir no

sistema econômico, pois era visto como uma ameaça ao funcionamento do sistema (BRESSER-PEREIRA, 1968).

Na contramão da teoria clássica, Keynes, em “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)” defendia a necessidade do Estado para estimular o consumo e desvencilhar das crises econômicas. O economista desenvolveu um estudo para mostrar importantes variáveis que determinavam desde nível de emprego até o investimento público para salvar o consumo dos países em tempos de alta de desemprego (KEYNES, 1996).

“Keynes era um homem fascinado pelo mundo e com ele comprometido. Não acreditava no intelectual de gabinete, nem em ciência pura, desligada de objetivos operacionalmente realizáveis. Nesses termos, não poderia ter deixado de reagir contra a teoria econômica de sua época, a teoria microeconômica marshalliana, que perdia-se em refinamentos teóricos, e deixava em segundo ou terceiro plano os problemas de política econômica, já que, dentro das premissas do liberalismo, não havia necessidade de intervenção.” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 26).

Antes de desenvolver a ideia de um Estado Empreendedor no Brasil é necessário discorrer em quais períodos presidenciais houve uma maior presença do governo na economia. No caso do Brasil, entende-se que os primeiros passos nesse sentido se dão após a Crise de 29, que impulsionou para que Estado atuasse fortemente na economia nacional (TENÓRIO, 1997, p. 1).

Com o surgimento da teoria keynesiana na década de 30, a teoria econômica mudou de forma, antes o planejamento econômico era fundamentado considerando apenas os mercados competitivos para alcançar um ponto ótimo ou de equilíbrio, após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, se passou a planejar economicamente se baseando na política macroeconômica de acordo com cada país socialmente organizado (DINIZ, 2009, p. 228-229).

O termo que denomina o presente capítulo advém do estudo recente e primordial da economista italiana Mariana Mazzucato, a obra “O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado”, lançada em 2014 no Brasil, descreve uma pesquisa realizada por Mazzucato para o governo britânico de forma a convencê-los de mudar a forma de ação após uma crise

econômica, onde o aconselhado era não cortar os programas estatais, para manter a economia mais competitiva e, também, mais empreendedora. (MAZZUCATO, 2014).

Assim como o início do presente trabalho, no início do livro Mazzucato aborda sobre o debate existente na economia política, se o Estado deve ser mínimo ou máximo ao intervir na economia.

“O pressuposto é que, com o Estado em uma posição secundária, iremos liberar a força do empreendedorismo e da inovação da iniciativa privada. A mídia, os empresários e políticos libertários aproveitam esse contraste conveniente e dão munição para a dicotomia entre um setor privado dinâmico, inovador, competitivo e “revolucionário” e um setor público preguiçoso, burocrático, inerte e “intrometido.” (MAZZUCATO, 2014, p. 33).

A autora argumenta que é uma verdade baseada no senso comum e por ser repetida diversas vezes acaba por ser aceita (MAZZUCATO, 2014, p. 33).

O Estado Empreendedor se trata, a grosso modo, do investimento por parte do governo, através de financiamentos e/ou subsídios e parcerias, com empresas, onde o mais comum é lidar com cenários de risco, independente do setor da economia, podendo até mesmo criar novos setores e assumir as falhas de mercado que o setor privado é ineficiente em lidar (MAZZUCATO, 2014, p. 22).

Assim, começa a ser questionada a importância da existência de um Estado que assuma um papel que não esteja limitado meramente a intervenções na economia. Surge a necessidade de um Estado “visto como empreendedor, que assume riscos e crie mercados” (MAZZUCATO, 2014, p. 22).

“O principal objetivo é construir uma teoria do papel do Estado na formação e criação de mercados, com sua capacidade não só de reunir o empresariado, mas de dinamizá-lo rumo a novas oportunidades tecnológicas e de mercado, criando a visão, a missão e o plano, essenciais à inovação.” (SANTOS, 2016).

O trabalho desenvolvido no livro se baseia, em grande parte, nos exemplos históricos sobre a participação e a importância do envolvimento do setor público no desenvolver de inovações tecnológicas, no decorrer dos anos. A autora utiliza diferentes países para explicar sobre setores tecnológicos, sendo o foco maior nos Estados Unidos. Isso porque, apesar da aparência do país em renegar a intervenção governamental, a prática não seguiu a encenação. Ao que Mazzucato (2014) discorre que se tratando do campo da inovação, o governo estadunidense se trata do mais intervencionista mundialmente, desde o desenvolvimento até na aplicação de tecnologias e, também, na criação de empresas altamente tecnológicas.

A obra de Mazzucato, ainda aborda, em diversos momentos, sobre a importância do BNDES no financiamento através de estatais.

“Os exemplos mais recentes, que envolvem investimentos nas chamadas tecnologias “verdes”, mostram a importância do financiamento “paciente” e comprometido, de longo prazo. No mundo avançado, esse financiamento tem vindo de agências estatais (...) Entre os países emergentes, o financiamento é fornecido pelo BNDES” (PEREZ, 2013, p. 16).

Um ponto forte na argumentação da economista é o de financiamento para empresas que passam pelo estágio do “Vale da Morte”

O (...) BNDES brasileiro aprovou um crédito de mais de 4,23 bilhões de dólares em 2011 para o financiamento de tecnologia limpa (...) Na área de biotecnologia, o BNDES tem se concentrado no financiamento de empresas que passaram pelo estágio do “Vale da Morte”. O Vale da Morte é a fase do processo de inovação que ocorre entre a validação de um conceito e a realização de todos os testes e a aprovação (...) Muitas empresas morrem durante esse período devido à falta de financiamento, o que faz do financiamento público uma alternativa fundamental. (MAZZUCATO, 2014 p.146).

Sobre o BNDES, aprofundaremos a criação e desenvolvimento no decorrer do presente capítulo, assim como outras criações do governo para cumprir o papel de Estado Empreendedor como a Sudene e o BNB.

4.1 Sudene

O economista paraibano Celso Monteiro Furtado (1920-2004) obteve destaque nos anos 1950, ao compor a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), e exerceu uma grande influência com suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de tal forma que estimularam a adoção de políticas mais intervencionistas na forma de governar a economia brasileira. Sob tais influências e ações que a Sudene foi fundada sob o comando de Furtado (CABRAL, 2011, p. 17).

“É nesse momento que um órgão de planejamento se mostrou imprescindível. Foi então criada, no final da década de 1950, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com uma nova forma de atuação do estado.” (POCHMANN; AZEVEDO, 2019, p. 361).

A segunda fase da industrialização do Ceará, marcada pela intervenção estatal na economia nordestina com a criação do GTDN em 1959, precedido pela Lei No 3.692, de 15 de dezembro de 1959 que instituiu a Sudene, que abrangia não somente os nove estados que constituem a região, como envolve o Norte de Minas

Gerais que compõe o Polígono das Secas, sendo então estabelecido que somente essa área se beneficiaria dos recursos concedidos de qualquer natureza (BRASIL, 1959).

O plano de desenvolvimento contido no relatório do GTDN, que inspiraria a criação da SUDENE, representava um grande avanço para a época. (...) esse documento propunha a implementação de novas políticas que reformassem e reorganizassem (...) a velha estrutura agrária regional promovendo um intenso desenvolvimento industrial no Nordeste (ARAÚJO, 2000).

A Sudene se encarrega de ser o fiscal dos recursos financeiros aplicados no desenvolvimento da região Nordeste, até mesmo nos casos como obras e serviços realizados desde que comprovada as despesas através de documentos (BRASIL, 1959).

O artigo 18 da criação da Sudene trata de um ponto importante envolvendo o Estado Empreendedor, pois descreve sobre a isenção de quaisquer impostos e taxas de importação envolvendo equipamentos para o Nordeste, de preferência os relacionados as indústrias de base e de alimentação. De forma que, através de proposta da Sudene ou ouvido o parecer da Superintendência, sejam decretados prioritários pelo Poder Executivo (BRASIL, 1959).

Segundo Sampaio Filho (1985, p. 25) o mecanismo 34/18 é “*o mais importante sistema de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE*”. O nome se refere aos artigos da lei que deram criação aos dois primeiros planos diretores da Superintendência e se trata de um mecanismo de crédito fiscal.

Foi no ano de 2001, que o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma medida provisória que extinguiu a Sudene. A decisão ocorreu devido a escândalos e as denúncias de desvio de recursos (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019, p. 237).

4.2 BNB

O BNB foi concebido com um objetivo peculiar na estrutura bancária do país, pois foi composto para agir de diferentes maneiras. Simultaneamente, de acordo com o objetivo de seus executivos, agindo como banco comercial, banco promotor de investimento e banco assistencial, ao mesmo tempo (FERNANDES, 2006).

Uma das primeiras ações dirigidas ao BNB foi o de fomentar o setor rural,

assim nasceu crédito rural. Para sua implantação adotaram-se métodos inspirados no financiamento executado pelo Banco do Brasil, que foi copiado do *Banco de La Nación*, da Argentina. O Banco do Nordeste tentava-se adaptar toda essa experiência à realidade nordestina do início dos anos 1950 (OLIVEIRA; VIANNA, 2005).

A criação da carteira industrial do BNB ocorreu de forma longa e trabalhada. Pois ambiente era de estagnação industrial, e os principais líderes políticos nordestinos se opunham à criação de um parque industrial moderno e produtivo, dificultando o trabalho dos funcionários do banco (ARAÚJO, 2010).

Araújo afirma que os primeiros três anos de atuação consistiram somente em preparar os padrões técnicos e montagem da equipe básica. Tentou-se um mecanismo de pontuação classificatória dos projetos, segundo prioridades da economia nordestina da época. Esse mecanismo foi esquecido motivada pela falta de empreendedores mesmo sendo uma região altamente carente de iniciativas empresariais. Com a criação da Sudene foi retomada a ideia com a implantação do mecanismo 34/18 – FINOR em formas de enquadramento (ARAÚJO, 2010).

No início dos anos 1960 o banco, em conjunto com a SUDENE, iniciou programas de financiamentos de reestruturação de antigas indústrias da região, com o objetivo de revitalizar setores como o têxtil e a indústria do óleo e gordura vegetais, identificando falhas técnicas que as fizeram perder suas forças. (FERNANDES, 2006).

Em síntese a carteira tentou voltar-se ao apoio técnico ao pequeno e médio empresário, que tinham seus projetos discutidos e muitas vezes modificados pela equipe técnica do banco, ou seja, mais do que uma instituição financiadora, o banco assumia outras funções no sentido de tornar viáveis os empreendimentos dos clientes. (ARAÚJO, 2010, p. 45).

Ciente da necessidade de um banco regional, o então Presidente Getúlio Vargas se interessou na criação de um organismo que pudesse orientar os investimentos públicos na região Nordeste. Com a criação do banco se discutiu a ideia de manutenção de um escritório de estudos econômicos para avaliar os problemas da região, esse tema ganhou forças nas primeiras administrações do Banco, pois era nítido para executivos do banco, que o papel de planejamento transcendia os praticados pelo Banco. Então se criou na gestão de Juscelino Kubitschek o Conselho Nacional de Desenvolvimento, pertencente ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), um embrião de um dos maiores organismos de incentivo regional, a SUDENE.

É de suma importância entender como é composto os recursos do BNB. O

capital oriundo do governo federal é visto como recursos globais e, varia de acordo com a política econômica adotada pelo governo. Os recursos globais são os que possuem maior peso nas estatísticas. Posteriormente, destacamos os recursos vindos de instituições financeiras nacionais e internacionais, que com o passar do tempo foram ganhando mais destaque nas estatísticas do banco.

Quando observarmos os repasses em conjunto com recursos especiais e ao capital e o patrimônio líquido da instituição vemos o valor dos recursos de médio e longo prazo, que são necessários para que o banco desempenhe o papel de agente financeiro dentro de uma política de desenvolvimento na região Nordeste do país.

Segundo o endereço eletrônico do próprio BNB, o Etene, “é responsável por elaborar, promover e difundir estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, além de avaliar políticas e programas do Banco do Nordeste”.

“O (...) Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste foi criado por imposição da Lei nº 1.649, de 19/07/1952 (...) Desse modo, o Escritório foi definitivamente estabelecido pelo Estatuto do BNB.” (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 203).

Apesar da data de criação, somente a partir de 1955 que o Etene passaria a ser conhecido pelo atual nome, e passou a se iniciar os primeiros relatórios sobre a macroeconomia do Nordeste, que num primeiro momento acompanhava o trabalho do economista Hans Singer, que era patrocinado pelo BNDES, mas contava com o apoio do BNB para as coletas de dados e visitas à região nordeste (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 204).

No decorrer de sua existência, o Etene teve papel fundamental no desenvolvimento do Nordeste, por ser pioneiro nas pesquisas econômicas aplicadas; na elaboração e sugestão de projetos e nos programas de ação para o Banco do Nordeste (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 204).

“Este pioneirismo consubstancia-se na elaboração de vários Relatórios, Projetos e Pesquisas Macroeconômicas, enfocando temas nunca antes analisados sobre a economia do Nordeste” (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 204).

O Etene tem uma característica que é cobrir as três grandes linhas de análise: as pesquisas de macroeconomia, as pesquisas macro setoriais e, por fim, as setoriais. E como resultado principal dessas pesquisas é possível afirmar que o BNB cumpriu importante papel como formulador de ideias e concepções das políticas

econômicas que foram implantadas no Nordeste, visando buscar uma maior eficácia das medidas tomadas a partir de tais estudos (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 219).

4.2.1 FNE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) se trata do principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para o Nordeste e, também, é um dos pilares do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) (BANCO DO NORDESTE, 2021, p. 6).

Regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Constituição da República Federativa do Brasil, criou três Fundos Constitucionais de Financiamento, o destaque aqui vai para o do Nordeste, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e social região, através das instituições financeiras federais de caráter regional, por meio de execução dos programas de financiamento aos setores produtivos (BRASIL, 2020).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos instrumentos relevantes para o desenvolvimento do Nordeste, que se deu através do fortalecimento das regionais de créditos e os Fundos Constitucionais de Financiamento. (BANCO DO NORDESTE, 1999).

Atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País (BRASIL, 2020).

A destinação de recurso é prevista na Constituição Federal. Onde os recursos que compõem os Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Do total, cabe ao FNE 1,8% (BRASIL, 2020).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) objetivou alavancar o desenvolvimento econômico e social da região nordestina por meio dos programas de financiamento para o setor produtivo, de acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento. Os maiores polos de atração de recursos do FNE são Bahia, Ceará e Pernambuco (POCHMANN; AZEVEDO, 2019, p. 364).

O BNB desempenhou um papel fundamental na criação dos FCF, através dos trabalhos constituintes, desde o início das discussões e preparação do projeto. Foi com o auxílio das pesquisas do Etene que veio o suporte das informações

econômicas, que delineavam minuciosamente as disparidades socioeconômicas do Nordeste. (OLIVEIRA; VIANNA, 2010, p. 148).

A lei garante benefício aos estados que compõem a região nordestina, assim como o norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo, que são também a área de atuação da Sudene. Porém, os recursos são administrados pelo BNB. Tais repasses não substituem outros recursos financeiros advindos do Governo Federal. (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019, p. 234).

O FNE tem objetivos próprios, os quais valem destacar, a de ajudar a melhoria da competitividade empresarial do Nordeste; favorecer o desenvolvimento tecnológico e gerencial dos projetos, criar e expandir atividades econômicas e até mesmo, de financiar o desenvolvimento e encontrar soluções para a região do semiárido nordestino (BANCO DO NORDESTE, 2021, p. 7).

“Nesse contexto, disponibilizar recursos adequados ao financiamento de longo prazo para os agentes e setores econômicos, com taxas de juros e prazos adequados, bem como direcionar especial atenção à distribuição espacial dos recursos disponíveis, são fatores fundamentais que devem ser levados em consideração na política de desenvolvimento regional” (BANCO DO NORDESTE, 2021, p. 6).

É comum o BNB lançar revistas anuais mostrando a programação regional para cada ano corrente que o FNE atue. Na revista mais atual, o montante orçado para 2021, através do FNE, foi de R\$ 22,42 bilhões, apresentado abaixo na tabela 1, definido conforme as potencialidades e as oportunidades de investimentos junto com os órgãos governamentais e as entidades públicas e privadas, de acordo com as diretrizes e prioridades do FNE. Outro fator levado em consideração é o histórico das aplicações do FNE e, também, o marco regulatório dos Fundos Constitucionais (BANCO DO NORDESTE, 2021, p. 16).

Para efeito de comparação apresenta-se também os dados da Projeção do FNE em 2020, por UF e setor de atividade na tabela 1 e 2. Na projeção de 2020, o Ceará se encontra como o segundo maior receptor do Polígono das Secas, sendo o setor de Comércio e Serviços a ter a maior fatia, seguido da Pecuária e, em terceiro, fica a Indústria. Veremos sempre esse comportamento entre Ceará, Bahia e Pernambuco quando se trata de desembolsos e financiamentos recebidos. A agroindústria é o setor que, na projeção, recebeu menos investimentos.

Tabela 1 – FNE 2020: Projeção de Financiamento por UF e Setor de Atividade (Em R\$ mil)

UF/Setor	Agricultura	Pecuária	Indústria	Agroindústria	Turismo	Com. e Serv.	Total
AL	104	162	83	68	77	371,8	865,8
BA	1.012	563	294	68	109	1.555,10	3601,1
CE	269	448	440	50	61	1.466,90	2.734,90
ES	71	34	61	8	6	177,2	357,2
MA	396	461	72	27	32	592,2	1580,2
MG	151	383	125	23	5	443,4	1130,4
PB	81	272	81	95	44	446,9	1019,9
PE	217	389	376	79	179	1.239,50	2479,5
PI	629	353	73	29	14	514,3	1612,3
RN	78	195	86	12	20	637,4	1028,4
SE	153	131	124	85	57	340,3	890,3

Fonte: FNE, 2020. Adaptado pela autora.

Obs.: Alguns dados foram retirados da tabela original e para um entendimento mais completo é possível encontrar na Programação Regional de 2020.

A tabela de 2021 abaixo aborda mais setores, pois o próprio BNB detalhou mais setores do que o ano de 2020.

Tabela 2 – FNE 2021: Projeção de Financiamento por UF e Setor de Atividade (Em R\$ mil)

UF/Setor	Indústria	Agroindústria	Turismo	Com. & Serv.	Infraestrutura	Total	%
AL	R\$ 120.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 366.855,00	R\$ 110.000,00	R\$ 766.855,00	5,00158979
BA	R\$ 500.000,00	R\$ 48.050,00	R\$ 100.000,00	R\$ 1.380.150,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 3.228.200,00	21,9802956
CE	R\$ 700.000,00	R\$ 59.175,00	R\$ 119.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 2.778.175,00	15,5762427
ES	R\$ 202.490,00	R\$ 11.100,00	R\$ 5.600,00	R\$ 224.610,00	R\$ 0,00	R\$ 443.800,00	2,5044335
MA	R\$ 118.530,00	R\$ 38.455,00	R\$ 45.500,00	R\$ 518.700,00	R\$ 350.000,00	R\$ 1.071.185,00	9,52165249
MG	R\$ 130.000,00	R\$ 19.100,00	R\$ 7.765,00	R\$ 250.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.006.865,00	6,63172862
PB	R\$ 150.000,00	R\$ 37.510,00	R\$ 40.000,00	R\$ 433.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 820.510,00	5,37622033
PE	R\$ 282.532,00	R\$ 80.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 810.856,20	R\$ 890.000,00	R\$ 2.253.388,20	12,8424765
PI	R\$ 60.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 393.495,00	R\$ 330.000,00	R\$ 830.495,00	9,13806538
RN	R\$ 110.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 402.185,00	R\$ 1.130.185,00	6,42351097
SE	R\$ 170.000,00	R\$ 99.100,00	R\$ 15.630,00	R\$ 334.000,00	R\$ 182.815,00	R\$ 801.545,00	5,00378415
Total	R\$ 2.543.552,00	R\$ 500.490,00	R\$ 700.495,00	R\$ 5.961.666,20	R\$ 5.425.000,00	R\$ 15.131.203,20	100

Fonte: FNE, 2021. Adaptado pela autora.

Obs.: Alguns dados foram retirados da tabela original e para um entendimento mais completo é possível encontrar na Programação Regional de 2021.

No caso da projeção para o ano de 2021, percebe-se que o Ceará se encontra como o segundo maior receptor de financiamentos (quase 15,60%), o destaque aqui vai para o setor industrial e agroindustrial, estando em segundo e quarto lugar com maior receptividade das unidades federativas. O financiamento recebido pela Bahia para Comércio e Serviços faz com que fique na frente do Ceará, por quase 7% a mais.

4.3 BNDES

Inicialmente, a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 deu origem ao chamado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que mais tarde viria a se tornar BNDES. Em sua origem, o órgão tinha como objetivo ser “o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico” (BNDES, 2020).

“Os antecedentes diretos do BNDE podem ser situados nas atividades desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Organizada no Brasil em dezembro de 1950, ainda no mandato presidencial do general Eurico Gaspar Dutra, mas efetivamente instalada em julho de 1951, já no segundo governo Vargas, a comissão era integrada por técnicos brasileiros e americanos e tinha por missão analisar projetos que seriam objeto de financiamento, direcionados para o crescimento da economia e para a superação das deficiências em setores da infraestrutura, especialmente transporte e energia elétrica.” (BELOCH; ABREU, 2001).

O BNDES, desde a sua criação em 1952, tem sido um indutor de projetos de desenvolvimento nacional, investindo em indústria e infraestrutura ao buscar atender às necessidades da economia brasileira (BELOCH; ABREU, 2001).

O Banco na sua primeira fase investia em infraestrutura. A criação das estatais fez com que, aos poucos, o Banco voltasse seus esforços para investir em iniciativa privada e na indústria. Em 1964, expandiu suas operações ao abrir escritórios em São Paulo, Recife e Brasília, passando a operar com agentes financeiros credenciados a rede por todo o território brasileiro (BNDES, 2020).

No ano de 2013, os recursos para financiamentos do Nordeste chegaram a R\$ 25,7 bilhões, marcando um crescimento por volta de 22% comparado ao ano anterior. Representou 13,5% do total desembolsado pelo Banco. Comparado a anos anteriores, o valor é por volta de cinco vezes maior que o desembolso regional realizado no ano de 2007, que foi de R\$ 5,3 bilhões.

“(…) uma mudança de patamar nos desembolsos realizados a partir de 2009 quando entram, de forma mais significativa na carteira do Banco, projetos empresariais de maior porte e apoio aos planos de desenvolvimento apresentados pelos nove estados da região, mobilizando recursos mais robustos.” (GUIMARÃES, et al., 2014, p. 51).

No gráfico 1 é possível compreender, a partir de 2009, uma mudança no nível de desembolsos. Isso ocorreu porque os projetos empresariais de maior porte e apoios a planos de desenvolvimentos começaram a ser apresentados de forma mais

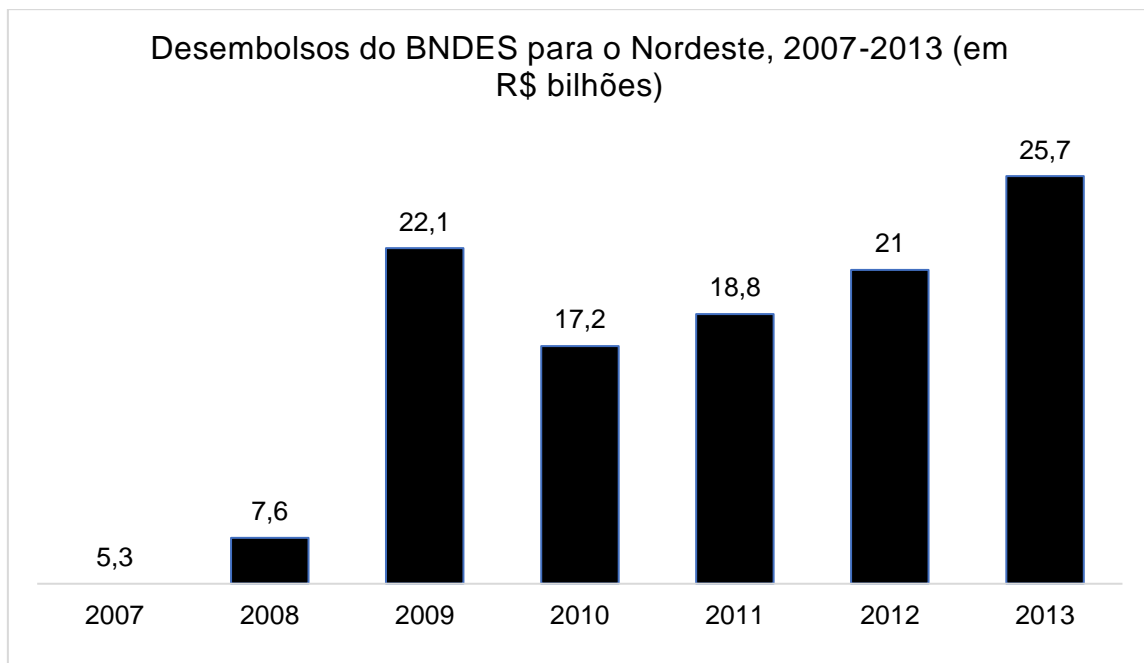
significativa pelos estados nordestinos ao Banco. O efeito dessas apresentações acabou por mobilizar recursos mais robustos.

Percebe-se uma mudança de patamar nos desembolsos realizados a partir de 2009 quando entram, de forma mais significativa na carteira do Banco, projetos empresariais de maior porte e apoio aos planos de desenvolvimento apresentados pelos nove estados da região, mobilizando recursos mais robustos.

Nota-se uma crescente dos desembolsos, com um crescimento expressivo em 2009, um recuo em 2010, porém com uma recuperação de 2011 até 2013.

A tabela 2, a ser apresentada no decorrer do capítulo 5, nos dá uma maior dimensão dos desembolsos pois mostra cada estado nordestinos no mesmo recorte de tempo, nela mostram os estados que recuaram em recepção de investimento e os que aumentaram em cada ano. O Ceará, perdeu pouco desembolso se comparado ao recuou na região no ano de 2010, apenas 272, enquanto a Região recuou em 4.856.

Gráfico 1 – Desembolsos do BNDES para o Nordeste, 2007 – 2013 (em R\$ bilhões)



Fonte: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (2014).

5 ESTADO EMPREENDEDOR NO CEARÁ

O presente capítulo busca mostrar através de dados de desempenho como se deu a ação do estado empreendedor no Ceará, trazendo alguns dados do Nordeste e também, em menor quantidade, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O PIB é utilizado para medir o nível total dos bens e serviços finais produzidos em um intervalo de tempo, no caso do Brasil, os períodos são semestrais, anuais e trimestrais. Pode-se também calcular por municípios, estados e país. Através do Sistemas de Contas Nacionais nas Nações Unidas é apresentado com uma metodologia única e geral, sendo assim possível comparar diferentes políticas administrativas e por isso se tornou o indicador de desempenho econômico mais utilizado para comparar diferentes economias.

“Quanto maior o nível de produção, consumo e investimento em uma economia maior será o PIB, cuja taxa vai refletir o nível de crescimento econômico e, conseqüentemente, a capacidade da economia em reduzir a pobreza e possibilitar a melhoria de outros indicadores sociais.” (BARRETO, MENEZES, 2014, p. 47).

Os estudos macroeconômicos da Etene nos permitem comparar a variação anual do PIB do Brasil com o da região Nordeste de 1948 até 2000. Ou seja, vemos um recorte de tempo que permite visualizar antes e pós criação da Sudene. (OLIVEIRA; VIANNA, 2010).

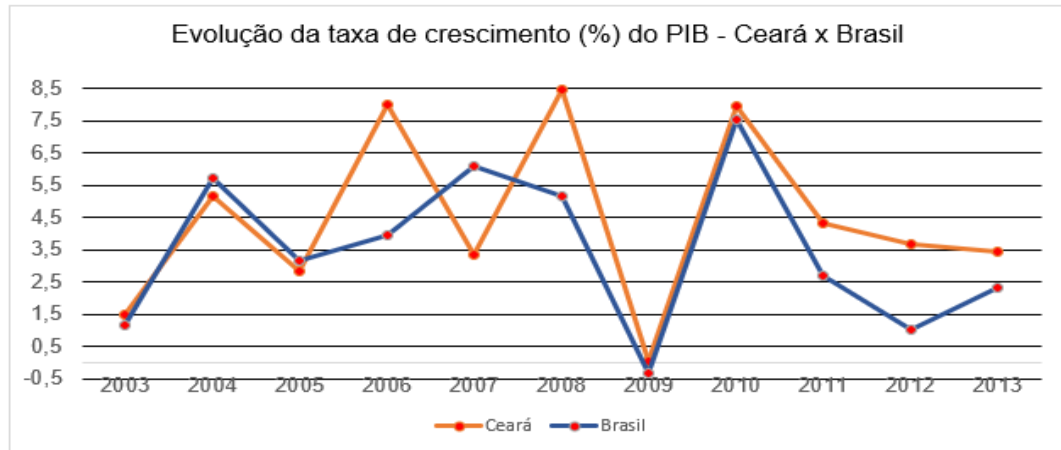
Porém, no trabalho de Flávio Ataliba e Adriano Sarquis, que avaliam, detalhadamente e mais recente, o desempenho e desenvolvimento do estado do Ceará, tem um corte de período de 2000 até 2013, o que impossibilita comparações (BARRETO; MENEZES, 2014).

Devido essa falta de dados, a análise será baseada no desempenho do Ceará a partir dos anos 2000 e comparada com o período logo após a recriação da Sudene no Governo Lula, em 2007 (BRASIL, 2007).

É possível observar, no gráfico 2, a evolução do PIB do Ceará de 2002 até 2013, tais dados mostram que a crise internacional com início nos Estados Unidos no fim de 2008 esfriou o nível de atividade econômica brasileira de 2009 até 2012, se comparado ao período de 2002-2008. No entanto, no período pós-crise, o Ceará demonstrou taxas de crescimento do PIB acima das alcançadas pelo Brasil. Mostrando o efeito que o volume de investimento público, com a recriação da Sudene, fez no Ceará no período empreendido de 2007 a 2012.

Se comparado aos dados fornecidos pela primeira tabela, podemos perceber que o Ceará compõe o top 3 de receptores de volumes financeiros liberados pelo BNDES, juntamente com Bahia e Pernambuco.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento (%) do PIB – Ceará x Brasil (2003-2013)



Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração da autora.

Antes do Brasil e o mundo sofrerem com o choque externo, o gráfico mostra que o Ceará cresceu menos do que o do Brasil em 2004, 2005 e 2007 e isso se explica porque a economia cearense tem uma baixa abertura comercial sofrendo menos com o impacto da crise financeira.

É perceptível a desaceleração na economia cearense, em 2010 até 2013, explicada pela política monetária restritiva (aumento da taxa de juros), que levou a uma redução no nível de consumo das famílias e empresas, e desaceleração no crescimento do setor de serviços.

Outra variável a ser adicionada aos resultados do gráfico 2, são os dados do desembolso do BNDES no Ceará, no período de 2007 a 2013, em milhões de reais.

Os desembolsos se tratam dos novos financiamentos autorizados pelo BNDES e das quantias liberadas após tais aprovações. Podem ser direcionados a infraestrutura, industrial, agropecuária, comércios e serviços, por exemplo.

Tabela 3 – Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Alagoas	89	151	261	588	860	518	953	3.420	2,9
Bahia	2.760	3.150	3.366	4.799	4.978	5.731	9.262	34.046	28,9
Ceará	448	961	1.969	3.592	2.489	3.009	2.484	14.952	12,70%
Maranhão	293	1.092	1.599	1.327	2.702	3.772	3.919	14.704	12,5
Paraíba	107	279	370	482	727	589	980	3.534	3
Pernambuco	1.320	1.647	13.026	4.245	4.601	3.208	3.636	31.683	26,9
Piauí	171	77	820	697	379	785	868	3.797	3,2
Rio G. do Norte	91	186	347	806	1.471	2.813	2.845	8.559	7,3
Sergipe	44	83	308	675	563	625	709	3.007	2,6
Nordeste	5.322	7.627	22.067	17.211	18.768	21.048	25.657	117.700	100

Fonte: BNDES. Elaborada pela autora.

O período considerado teve um volume financeiro de R\$ 117,7 bilhões, sendo o Ceará o receptor de quase 13% desse montante, ficando atrás de Pernambuco e Bahia.

O Ceará, assim como Pernambuco, Bahia e Maranhão, registram um estágio de ampliação e consolidação de polos de investimento entre 2007 e 2013, isso devido a presença de investimentos em setores econômicos tradicionais, mas também em setores que não tinham presença expressiva, como “estaleiros para produção de embarcações de grande porte, plantas petroquímicas, produção de papel e celulose, fabricação de equipamentos de geração de energia eólica, refino de petróleo, produção automobilística” (GUIMARÃES, 2014), tais investimentos modificaram o perfil industrial nordestino nos cinco anos seguintes, possibilitando até mesmo os investimentos maiores em inovação a partir das demandas desses projetos.

Tabela 4 – Número de operações do BNDES no Nordeste (por estado entre 2007 – 2013)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Alagoas	587	656	1.605	4.189	5.840	5.313	5.838	24.028	4,2
Bahia	5.309	7.099	13.801	26.853	42.665	45.439	48.005	189.171	33
Ceará	1.799	2.800	7.300	13.233	20.778	23.428	24.337	93.675	16,4
Maranhão	1.249	1.388	2.870	5.805	10.663	13.930	17.026	52.931	9,2
Paraíba	597	903	2.800	5.686	8.273	8.950	9.239	36.448	6,4
Pernambuco	3.232	4.101	6.739	15.926	21.665	20.963	20.522	93.148	16,3
Piauí	440	723	2.045	3.386	5.221	7.281	8.855	27.951	4,9
Rio Grande do Norte	614	1.119	2.503	5.505	8.337	8.760	9.570	36.408	6,4
Sergipe	398	642	1.296	3.014	4.831	4.387	4.421	18.989	3,3

Fonte: BNDES. Elaborado pela autora.

Nos números de operações do BNDES, o estado do Ceará demonstra crescimento, mas em uma menor proporção se comparado os anos de 2007 com 2009 e os anos de 2011 com 2013. Diferente da Bahia que demonstrou uma crescente de 2007 a 2012 que viria a se estabilizar em 2013. Enquanto Pernambuco obteve um pico de operações em 2011 e recuou nos dois anos seguintes, ainda assim sendo o terceiro estado com maior número de operações.

5.1 Proinveste

Criado em 2012, pelo Governo Federal e vinculado ao Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal, o Proinveste se trata de uma linha de financiamento do BNDES que objetiva principalmente ampliar a capacidade dos investimentos do setor público das unidades federativas, assim viabilizando projetos de médio e longo prazos, principalmente de obras de infraestrutura (SERGIPE, 2012).

Ainda em outubro de 2012, o BNDES aprovou três novas operações vinculadas ao Proinveste, totalizando R\$ 2,76 bilhões destinados aos Estados de São Paulo, Tocantins e Ceará (BNDES, 2012).

Do montante aprovado, (...) Ao Estado do Ceará foram aprovados R\$ 250 milhões para refinanciamento de operações contratadas no Programa Emergencial de Financiamento (PEF), criado em 2009 para compensar a diminuição de arrecadação dos Estados (BNDES, 2012).

Quem define o limite dos valores de cada operação destinada aos Estados é o Conselho Monetário Nacional (CMN) (BANCO CENTRAL, 2012).

O Nordeste teve uma parcela de 38% de recebimento dos recursos, sendo uma parcela superior a representada no PIB nacional e com uma repartição por cada estado mais igualitária, considerando o tamanho da economia de cada unidade federativa.

Tabela 5 – Orçamento previsto do Proinveste para o Nordeste e Brasil (a partir de 2012)

Distribuição	R\$ (em milhões)	% no NE
Alagoas	R\$ 611,82	7,9
Bahia	R\$ 1.487,69	19,2
Ceará	R\$ 1.089,58	14
Maranhão	R\$ 1.001,34	12,9
Paraíba	R\$ 689,22	8,9
Pernambuco	R\$ 1.069,07	13,8
Piauí	R\$ 624,64	8,1
Rio G. do Norte	R\$ 615,24	7,9
Sergipe	R\$ 567,30	7,3
Nordeste	R\$ 7.755,92	100
Brasil	R\$ 20.000,00	

Fonte: BNDES. Elaborada pela autora.

Quando analisamos o número de operações do BNDES por estado do Nordeste, percebe-se que o Ceará ultrapassa o estado do Pernambuco, ficando atrás somente da Bahia, diferente do que observamos na tabela 3, que explicitou o Desembolso do BNDES.

Vale destacar que o montante de financiamento, em grande parte das vezes, reflete a demanda existente na região ou, até mesmo, a capacidade de endividamento das empresas, dos governos estaduais e de uma decisão de localização dos investimentos pelo setor de produção envolvido.

Ao analisar a atuação do BNDES na região nordestina, Guimarães (2014, p. 59) pontua sobre as possíveis explicações para a escolha de distribuição do desembolso do BNDES de 2007 a 2013, chegando aos pontos abaixo.

“Algumas hipóteses podem estar relacionadas a: (i) ausência de grandes projetos e conseqüentemente menor volume de crédito; e (ii) estrutura econômica com significativa presença de empresas de menor porte, explicando-se dessa forma o forte crescimento, não do valor monetário, mas no número de operações de financiamento, principalmente no estado da Paraíba” (GUIMARÃES, et al., 2014, p. 59).

Tabela 5 – Número de Operações do BNDES por estado do Nordeste (2007 – 2013)

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	SOMA POR UF	PARTICIPAÇÃO (%)
Alagoas	587	656	1605	4189	5840	5313	5838	24028	4,2
Bahia	5309	7099	13801	26853	42665	45439	48005	189171	33
Ceará	1799	2800	7300	13233	20778	23428	24337	93675	16,4
Maranhão	1249	1388	2870	5805	10663	13930	17026	52931	9,2
Paraíba	597	903	2800	5686	8273	8950	9239	36448	6,4
Pernambuco	3232	4101	6739	15926	21665	20963	20552	93148	16,3
Piauí	440	723	2045	3386	5221	7281	8855	27951	4,9
Rio G. do Norte	614	1119	2503	5505	8337	8760	9570	36408	6,4
Sergipe	398	642	1296	3014	4831	4387	4421	18989	3,3
Nordeste	14225	19431	40959	83597	128273	138451	147813	572749	100

Fonte: BNDES. Elaborada pela autora.

Ao observar os dados da quinta tabela, Guimarães (2014, p. 58) estabelece que “a expressão econômica de cada estado acaba sendo refletida na participação nos financiamentos do BNDES ou em alguns casos com participação inferior à representação do PIB estadual no regional”, com isso percebemos que os quase 17% das operações empreendidas pelo BNDES no Ceará são bastante expressivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar, pelos fatos expostos, que este trabalho possibilitou entender como agiram os governos, presidenciais e federais, com maior participação estatal nas políticas econômicas e as ferramentas desenvolvidas pelos mesmos, que fizeram com que o papel do Estado Empreendedor fosse exercido.

Pelos dados históricos levantados, foi possível compreender que o desenvolvimento industrial cearense foi apoiado pelo direcionamento das políticas estatais junto com a superintendência e os bancos de desenvolvimento, principalmente no período de 2000 até 2013, onde verificamos a taxa de evolução do PIB cearense comparado ao do Brasil.

Infelizmente pela falta de dados mais antigos, não foi possível analisar uma série temporal das variáveis abordadas anteriores a extinção da Sudene, somente a sua restauração em 2007.

Como já esmiuçado no quinto capítulo, foi perceptível o montante de empreendimentos financiados pelo BNDES, que elevou consideravelmente o volume de recursos no Nordeste. Esse movimento foi acompanhado por crescimento relevante nas operações do Banco.

Nos próximos anos, com a inovação e o avanço tecnológico, ou seja, os novos produtos, os novos serviços, os novos caminhos de organização e de comercialização, serão necessários o maior motor do crescimento econômico, as indústrias do Estado do Ceará, apoiados pelo Estado Empreendedor. Se faz necessário também que o próximo ciclo de investimentos contemple as menores economias da região Nordeste, para buscar reduzir cada vez mais as expressivas diferenças das economias estaduais.

Reconhecendo a necessidade de uma permanente construção sobre o tema e as limitações da pesquisa, espera-se que o referido trabalho contribua para novos estudos a serem realizados de forma a enriquecer a literatura acerca do tema aqui desenvolvido, bem como sua aplicabilidade para outros estados nordestinos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Augusto Pontes de. **O Papel do BNB/FNE na Economia Nordestina pós 1990**. Natal, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 4.109, de 5 de julho de 2012. Altera o art. 9º-N da Resolução nº 2.827. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 32/33. 5 de jul. de 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4109_v1_O.pdf> Acessado em dez. de 2021.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programação Regional FNE 2020**. 2020.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programação Regional FNE 2021**. Jul. de 2021.

BARROS, N. L. **O Estado e a economia brasileira**. Plano industrial para o Brasil. Coleção econômica (Org). São Paulo, 1962. v. 1.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2001.

BNDES. **BNDES aprova mais três operações de apoio a Estados, no valor de R\$ 2,7 bilhões**. 23 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20121024_proinveste> Acessado em: dez. de 2021.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Cria o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e dá Outras Providências**. 19 de jul. de 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1649.htm>. Acesso em: mar. de 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. **Fundos Constitucionais de Financiamento**. Ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento>>. Acesso em: 07 de out. de 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 82.162, de 24 de agosto de 1978**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82162-24-agosto-1978-431295-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007**. Brasília. 03 de jan. de 2007. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=125&ano=2007&ato=c32AzYU1ENRpWT9c6>> Acessado em: dez. de 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 5.727 de 04/11/1971**. Brasília. 08 de nov. de 1971. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-5727-1971_80434.html>. Acessado em: mar. de 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro. 30 de jun. de 1958.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da macroeconomia clássica à keynesiana**. São Paulo, abr. 1968.

CABRAL, Renan. **Das Ideias à Ação, a Sudene de Celso Furtado – Oportunidade Histórica e Resistência Conservadora**. A Sudene de Celso Furtado. Mai. 2011

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. **Política industrial do governo Lula**. IE/UNICAMP. n. 181. jul. 2010.

CARVALHO, José Otamar. **Natureza das ações de governo em relação ao nordeste**. In: Desenvolvimento regional: um problema político. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 179-204.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. **A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro**. Revista Política e Planejamento Regional. Rio de Janeiro. 2019.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. **O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas**. Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad. 2004. p. 29-36.

GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. **Atuação do BNDES na região Nordeste**. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 50-66.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

LEITE, Pedro Sisnando. **Uma breve história da industrialização do Ceará, por Pedro Sisnando Leite**. 2020. Disponível em: <<https://www.focus.jor.br/uma-breve-historia-da-industrializacao-do-ceara-por-pedro-sisnando-leite/>>.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos Planos de Desenvolvimento no Brasil Após o II PND**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, São Paulo. Out. de 2002.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MELO, Francisco Egberto. **O Plameg do Governo Virgílio Távora (1963-66): Um Plano de Racionalidade Weberiana**. FAGED. Fortaleza. 2011.

MORAIS, José Micaelson Lacerda de Moraes; JÚNIOR, Francisco do O' de Lima Júnior. **Política Industrial do Governo Lula: Desenvolvimentista ou Corretiva de Falhas de Mercado**. 2014.

MOTA, Paulo. Governador Tasso Jereissati pretende demitir 1.300 servidores e extinguir estatais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de dez. de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc031233.htm>>.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Desenvolvimento Regional: 50 anos de BNB**. Fortaleza. 2010.

PEREIRA, Leandro dos Santos; TAQUES, Fernando Henrique. **O Desenvolvimento Econômico na Região Nordeste do Brasil sob a Ótica das Microfinanças**. Out. de 2014. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-6.pdf>>. Acesso em: jul. de 2021.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo. Saraiva. 2010.

POCHMANN, Marcio; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Brasil: Incertezas e Submissão?** São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2019.

PONTES, Paulo Araújo; VIANNA, Pedro Jorge Ramos; HOLANDA, Marcos Costa. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Ceará: Uma Análise do Período 1995-2005**. Fortaleza, dez de 2006.

SAMPAIO FILHO, Dorian. **A industrialização do Ceará: Empresários e Entidades**. São Paulo, EAESP/FGV, 1985. p. 99.

SANTOS, Leandro Bruno. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Niterói, Rio de Janeiro: Confins. Set. 2016.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade. **PROINVEST**. 2012. Disponível em: <<https://sedurbs.se.gov.br/proinvest/>>. Acessado em: dez. de 2021

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **O Estado empresário brasileiro: notas histórico-ideológicas**. Jul. 1997.